

190 219 257

78

5

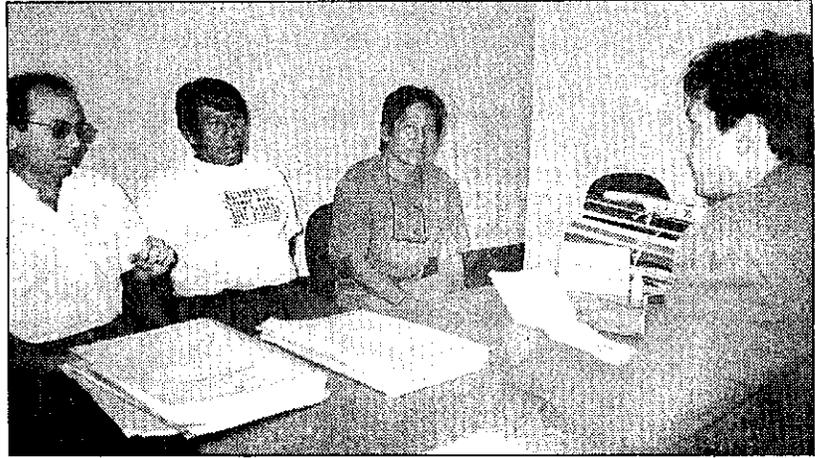
Índios acionam Ministério Público

MUNDURUKUS QUESTIONAM PROJETO DE RODO-HIDROVIA DO TAPAJÓS

CEIVALDO CARNEIRO

SANTARÉM (Celivaldo Carneiro) - Lideranças indígenas dos Mundurukus estiveram na Procuradoria da República, em Santarém, para manifestar suas preocupações e temores diante da implantação do projeto da rodo-hidrovia do Tapajós, proposta pela Cooperativa de Desenvolvimento, Produção e Consumo do Sudoeste do Pará Ltda. (Codesup), sediada em Alta Floresta. O projeto prevê uma rodovia ligando Alta Floresta-MT a Jacareacanga-PA e a utilização do rio Tapajós como hidrovia, até Santarém. Segundo dados, dos 480 quilômetros, dessa rodovia, 182 km já foram concluídos pela Codesup. É objetivo ainda da cooperativa a implantação de um projeto de colonização no Sudoeste do Pará, com 938 áreas de 2.500 hectares para fazendas de médio porte, 6 mil lotes de 50 hectares para o assentamento de famílias de agricultores tradicionais, 26 agrovilas, duas cidades e duas reservas agroecológicas e ambientalistas.

Este projeto, segundo as lideranças dos Mundurukus, a existência dos índios na área e faz pouco caso da reserva e dos direitos previstos na Constituição Federal. "Que benefícios esta estrada irá trazer para o povo Munduruku?", indaga o cacique José Crixí. Segundo ele, os índios que vivem na reserva Munduruku são hoje mais de 7 mil, distribuídos em 87 aldeias. Todos estão preocupados, pois, além da construção da rodovia, há a proposta de ocupação da área com o projeto de colonização. Eles revelaram ainda que o projeto está sendo feito sem o conhecimento da Funai em Itaitu-



Com frei Edilson, Mundurukus denunciam rodo-hidrovia ao procurador

ba e em Brasília.

"Há problemas sérios em relação à área indígena Munduruku; fomos acionados e já foi iniciado um procedimento administrativo no MPF, que deve levar dentro de pouco tempo à audiência pública sobre o caso Munduruku", revelou o procurador Felício Pontes Júnior. Segundo ele, pelo que foi até agora levantado, o processo de devastação ainda não chegou na área indígena Munduruku. "Nós vamos nos antecipar para chegar antes que a extração ilegal de madeira comece nesta área", ressaltou.

Acompanhados do frei Edilson Rocha, da vice-província franciscana S. Benedito da Amazônia, as lideranças apresentaram ao procurador federal uma série de documentos sobre o projeto e ainda um manifesto de apoio à luta, subscrito pelo Grupo de Defesa da Amazônia (GDA). Segundo o manifesto, o projeto da Codesup é concebido dentro da mesma

ótica e com os mesmos vícios de outros projetos implantados na região Amazônica, que, respaldados pela ideologia desenvolvimentista, não leva em consideração as opiniões e nem os interesses das populações locais, ignorando-as sistematicamente como se elas não existissem.

GARIMPO - As lideranças denunciaram também que até agora não houve o cumprimento da determinação da Justiça Federal para o fim da exploração de um garimpo, situado dentro da reserva indígena Munduruku, de propriedade do garimpeiro Luís Barbudo. A sentença do juiz João Luiz Matias impõe multa diária elevada pela permanência de equipamentos e trabalhadores na área, a partir da notificação do proprietário da exploração, que não teria sido encontrado pela Justiça até hoje. Segundo as lideranças indígenas, Luís Barbudo estaria no garimpo, onde permanece fazendo a exploração de ouro.